



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**URGENTE: LICITAÇÃO MARCADA PARA
O DIA 26/04/2022, COM FLAGRANTES NULIDADES**

**REF.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022**

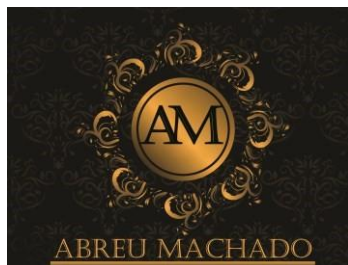
A empresa **Abreu Machado – Apoio Administrativo e Assessoria**, inscrita no CNPJ nº **26.950.936/0001-77** e Inscrição Estadual nº **002900491.00-00**, sediada na Rua Pouso Alegre, nº260, São Geraldo, Município de Martins Soares-MG CEP.:36972-000, vem, por seu representante legal, apresentar **REPRESENTAÇÃO** com base no art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e Regimento Interno desta Corte de Contas, contra o edital em epígrafe do Município de Faria Lemos - MG, com base nos fatos e fundamentos a seguir:

I- DOS FATOS E FUNDAMENTOS

A empresa impugnante obteve o edital através do sítio eletrônico oficial desta prefeitura, onde após análise do edital, mais especificamente do Termo de Referência, foi constatado vícios graves e insanáveis do processo, os quais põe em risco a probidade do certame além de violar diversos princípios inerentes a administração pública e ao processo licitatório, impedindo a participação de diversas empresas, onde após breve síntese será demonstrado tais fatos.

1) DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA LICITAÇÃO

O Direito Administrativo é um ramo particularmente repleto de princípios, pois a proteção dos interesses da coletividade deve estar sempre norteando as atitudes da administração, em geral, e do administrador, em particular.



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

Segundo o dicionário, princípio é o “momento em que alguma coisa tem origem; causa primária; teoria; preceito”. (Hidelbrando de Lima, 1971)

A Constituição Brasileira consagrou alguns princípios norteadores da administração pública quando, em seu art. 37, caput, assim dispõe:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Além disso, o art. 3º da Lei 8.666/93, que regula as licitações e contratos administrativos, traz uma gama de princípios a serem seguidos pela Administração na consecução da probidade administrativa, sendo considerado o dispositivo de maior destaque na Lei. *Ipsi Literis*:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

Para Maria Sílvia Zannella Di Pietro o processo licitatório se origina do princípio da indisponibilidade do interesse público:

“A própria licitação constitui um princípio a que se vincula a Administração Pública. Ela é decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público e que se constitui em uma restrição à liberdade administrativa na escolha do contratante; a Administração terá que escolher aquele cuja proposta melhor atenda ao interesse público.”(Di Pietro, 1999, p.294)

Abaixo será demonstrado alguns princípios que estão sendo violados neste processo licitatório.

1.1 Princípio da Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público:

Embora não esteja expressamente disposto na Lei de Licitações, o princípio da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares está implícito nas próprias regras do Direito Administrativo e configura-se, nos dizeres de Hely Lopes Meirelles, “como



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

um dos princípios de observância obrigatória pela Administração Pública...”(Hely Lopes, 1997,p.95). Ao deixar de tutelar apenas os direitos individuais e passar a se preocupar com interesses da sociedade, a Administração deve sempre ser norteada por aquele princípio.

Intimamente ligado ao princípio da supremacia encontra-se o da indisponibilidade do interesse público. Ao administrador é dada a tarefa de zelar pelos interesses da coletividade. Assim, esse gerenciador não pode dispor daqueles interesses em detrimento da proteção aos dos particulares.

Nos ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“indisponibilidade dos interesses públicos significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade – internos ao setor público – não se encontram à disposição de quem quer que seja, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los – o que é também um dever – na estrita conformidade do que predispor a intentio legis.” (Celso Antônio, 1992, p.23)

1.2. Princípio da Legalidade

À Administração só é dado o direito de agir de acordo com o determinado pela lei. Este é o principal corolário do princípio da legalidade e “constitui um das principais garantias de respeito aos direitos individuais” (Di Pietro, 1999, p.67)

Dessa forma, por mais simples que seja o ato que venha praticar a Administração, este deve está baseado e protegido por uma norma (lato sensu), caso contrário não terá eficácia.

1.3. Princípio da Moralidade

Esse princípio, expressamente representado tanto na Constituição Federal quanto na lei no 8.666/93, é alvo de crítica por parte da doutrina. Segundo Maria Sílvia, alguns doutrinadores não o reconhecem, posto ser um “princípio vago e impreciso, ou que acaba por ser absorvido pelo próprio conceito de legalidade” (Di Pietro, 1999, p.77)

Data máxima vênia, o princípio da moralidade se constitui em importante norte para o Administrador Público, pois a administração não pode tomar postura que desabone a boa conduta de seus atos.



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

A boa-fé deve consubstanciar os atos praticados pelo Administrador. A sempre valiosa lição de Di Pietro é esclarecedora no sentido de que “o princípio deve ser observado não apenas pelo administrador, mas também pelo particular que se relaciona com a Administração Pública.” (Di Pietro, 1999, p.79)

1.4. Princípios da Impessoalidade e da Igualdade.

A impessoalidade dos atos administrativos é pressuposto da supremacia do interesse público. Quebrada a isonomia no tratamento com os particulares, o administrador deixa de observar o interesse da coletividade, bem maior e objeto principal do Direito Administrativo. Hely Lopes afirma que:

“o princípio da impessoalidade, referido na Constituição de 88 (art. 37, caput), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal.” (Hely Lopes, 1997, p.85)

Intimamente ligado ao princípio da impessoalidade encontra-se o da igualdade. Tal preceito, insculpido no preâmbulo da Carta Política de 1988, determina a competição entre os licitantes de forma igualitária. Sendo que à Administração Pública cabe tratar todos os administrados de forma a impedir favoritismos.

Considerando as licitações, esse princípio obriga à Administração tratar todos os licitantes de forma isonômica, preservando as diferenças existentes em cada um deles.

1.5- Conclusão

De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, são princípios expressos da licitação: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo.

Dentre eles, destaco o princípio da igualdade entre os licitantes, a Administração Pública deve conduzir a licitação de maneira impessoal, sem prejudicar ou privilegiar nenhum



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

licitante. Desde que preencham os requisitos exigidos, todos os que tiverem interesse em participar da disputa devem ser tratados com isonomia.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia.

Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu à todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

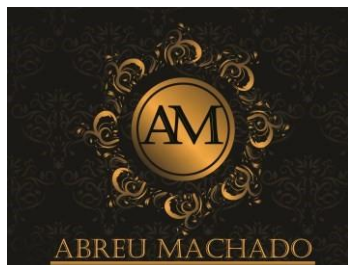
A importância da licitação para a Administração Pública e, por conseguinte, para o Direito Administrativo, manifesta-se no art. 37, XXI, da Constituição da República:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

Assim, o princípio da igualdade dos administrados perante a Administração Pública, ao ser aplicado à licitação pública, transmuda-se no princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, que adquire caráter de princípio constitucional mediante a sua inclusão no texto da Carta Magna, acima transcrito.

O art. 37, inciso XXI, CF, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Já o artigo 44 e 45 da Lei de Licitações de forma expressa veda que a Comissão de Licitação e o Poder Público contrariem esses princípios:

Art. 44 - No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

§ 1º -É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.(...)

Art. 45 – O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle jurisprudência.

Esta Lei veda também que os agentes públicos pratiquem atos tendentes a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, consoante se depreende da leitura de seu art. 3º já citado nesta representação.

2) DA VEDAÇÃO DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A vedação também de empresa em recuperação judicial se demonstra contrária ao entendimento do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais Superior Tribunal de Justiça e a doutrina, onde ao exigir a certidão de negativa de recuperação judicial, sem que fosse permitido a apresentação de um plano homologado se demonstra diversa ao entendimento jurisprudencial:

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.000, de 1993;
4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação; entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
4.2.6 Empresa ou firma cuja (a) proprietária (a), diretor (es), responsável (is), técnica (s)

Conforme decisões abaixo, não é possível que prospere no presente certame vedação explícita a participação de empresa em recuperação judicial:

ACÓRDÃO Nº 8.271/2011 – TCU – 2ª CÂMARA
1.5.1. dar ciência à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93.

ACÓRDÃO Nº 5.686/2017 – TCU – 1ª CÂMARA
1.7.1.1. a vedação da participação de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, em certames licitatórios, está em desacordo com o entendimento do TCU (Acórdão n. 658/2017 – Plenário) e da AGU (Parecer n. 4/2015/CPL/DEPCONS/PGF/AGU).

"Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

"Sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica". STJ. 1ª Turma. (AREsp 309.867-ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 26/06/2018).

DENÚNCIA. REFERENDO. PREGÃO PRESENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CESSÃO E DIREITO DE USO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PROBABILIDADE DO DIREITO E DO PERIGO DE DANO. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA. É irregular o impedimento de participação no certame de empresas em recuperação judicial, devendo ser acrescentado no ato convocatório a aceitação de certidão positiva de recuperação judicial. E no caso de empresa enquadrada nesta condição vencer o certame, a Administração deverá proceder a diligências para que a licitante comprove sua capacidade econômicofinanceira para assumir o contrato (Processo 1031209 Relator Conselheiro Wanferley Avila)

Este entendimento pode ser verificado também no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é o que aduz a decisão proferida nos TCs 3987.989.15-9 e 4033.989.15-3:

[...] Deste modo, a empresa que obteve a concessão da Recuperação Judicial não está, de antemão, inapta para ser contratada, podendo assumir riscos e compromissos nos limites previstos no seu Plano de Recuperação que, diferentemente da concordata, possui maior flexibilidade na sua negociação junto aos credores. Todavia, a mera existência de plano de recuperação judicial, por si só, não garante a capacidade da empresa em



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

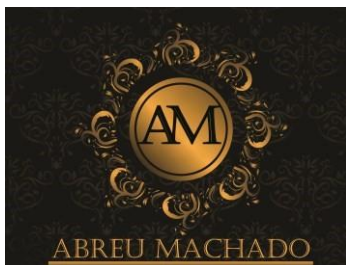
executar as obrigações contratuais, até porque o descumprimento de qualquer obrigação estabelecida no plano acarretará a convalidação da recuperação em falência (art. 61, §1º). [...] [...] Importante frisar que a apresentação da certidão de concessão de recuperação judicial não suprime a obrigação de a empresa comprovar todos os quesitos requeridos no certame, inclusive econômico-financeiros, pois necessário conferir igual tratamento a todas as licitantes, perante o princípio da isonomia. [GRIFO NOSSO] [...] [...] Nestes termos, o que pude observar é que a não apresentação da certidão negativa de recuperação judicial não pode resultar na inabilitação imediata da licitante, mas deve ser sucedida de avaliação dos demais requisitos de habilitação econômico-financeira que, no caso de empresas naquela situação, deve abarcar a verificação de que o Plano de Recuperação encontra-se vigente e atende as exigências “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações” (art. 37, XXI, CF). [...] [...] Feitas essas ponderações, considero, de plano, ilegal a previsão de vedação de participação no certame de empresas que estejam em situação de recuperação judicial, podendo, todavia, ser requisitada a certidão negativa durante a fase de habilitação. [...]

Após a decisão transcrita acima, o TCESP consolidou o entendimento de que empresas em recuperação judicial poderiam participar das licitações, sendo condenada cláusula editalíssima com qualquer tipo de restrição, conforme depreende-se das decisões nos processos de representação contra editais de licitação: TC5725.898.15, TC-5607.989.15, TC-7205.989.15, TC-7205.989.15, TC-7607.989.15, TC-7077.989.15, TC-7878.989.15, TC-9796.989.15, TC-362.989.16, TC-430.989.16, TC-676.989.16, TC-735.989.16, dentre outras.

Com efeito, o edital é irregular porque veda a participação de empresas em recuperação judicial. Sendo que o certame então não possibilita que empresas em recuperação que tenham o plano homologado judicialmente possam participar do certame, e tal vedação frustra o caráter competitivo do certame, o mesmo deve ser editado imediatamente.

3) DO FRACIONAMENTO DOS ITENS

Assim como consta no preâmbulo do Edital, esta licitação representada é exclusiva para ME e ainda com a restrição regional nos termos da lei Complementar 123:



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

1.7 A presente licitação será exclusiva para ME-EPP nos moldes estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, tendo-se em vista que nenhum dos itens da licitação ultrapassa o valor orçado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.8 A presente licitação será exclusiva para ME e EPP e que estejam sediadas na Microrregião de Muriaé-MG (Antônio Prado de Minas, Barão do Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Miradouro, Mirai, Muriaé, Orizânia, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Rosário de Limeira, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre, Tombos e Vieiras) conforme estabelecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A presente disposição visa trazer desenvolvimento para as pequenas empresas situadas na microrregião de Muriaé, considerando que diversas empresas trabalham com o objeto da presente licitação, nos moldes previstos na lei Complementar nº 123.

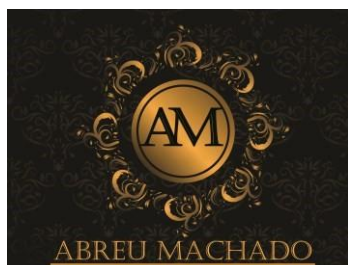
Entendo que tamanha restrição só gera afronta a livre concorrência, destaco manobras do executivo municipal para adequar a limitação legal e jurisprudencial desta corte. Embora o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais autorize tamanha restrição, deve ser destacado o inciso III do artigo 49 da Lei Complementar 123/2006:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Além de não ser apresentado nenhum estudo, a administração para que os itens sejam inferiores ao limite legal R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), dividiu os lotes das marcas, para cada veículo constar em um item, em uma clara tentativa de fraudar o caráter competitivo do certame.

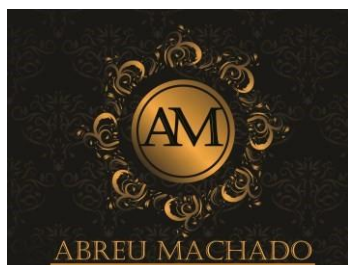
Por exemplo, segue abaixo os itens do catálogo FIAT:

FIAT GRAN SIENA 2014 1.6 1000 / MARCA FIAT			
01	AQUISIÇÃO DE Peças "mecânicas" de reposição MONTADORA/GENUÍNA PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT - FIAT GRAN SIENA 1.6 2014 PUG - 7888 / MARCA FIAT		R\$ 15.000,00 cada um dos itens
02	AQUISIÇÃO DE Peças "elétricas" de reposição MONTADORA/GENUÍNA PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT - FIAT GRAN SIENA 1.6 2014 PUG - 7888 / MARCA FIAT		



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

FIAT STRADA 1.4 2014 OWP – 9G68 / MARCA FIAT			
07	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “mecânicas” de reposição MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT STRADA 1.4 2014 OWP – 9G68 / MARCA FIAT		R\$ 15.000,00 cada um dos itens
08	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “elétricas” de reposição MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO		
FIATS ARGO 1.3 2018 QPI – 8473 E QQF - 8616 / MARCA FIAT			
21	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “mecânicas” de reposição MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIATS ARGO 1.3 2018 QPI – 8473 E QQF - 8616 / MARCA FIAT		R\$ 30.000,00 cada um dos itens
22	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “elétricas” de reposição MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIATS ARGO 1.3 2018 QPI – 8473 E QQF - 8616 / MARCA FIAT		
FIAT UNO 1.4 2014 PUI-4193/ MARCA FIAT			
25	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “mecânicas” de reposição MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT UNO 1.4 2014 PUI-4193/ MARCA FIAT		R\$ 15.000,00 cada um dos itens
26	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “elétricas” de reposição MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS		
FIAT DUCATO 2.3 2018 QQI - 3323 / FIAT			
29	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “mecânicas” de reposição MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT DUCATO 2.3 2018 QQI - 3323 / FIAT		R\$ 15.000,00 cada um dos itens
30	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “elétricas” de reposição MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT DUCATO 2.3 2018 QQI - 3323 / FIAT		
FIAT UNO WAY 1.0 2012 HCR 6632 / MARCA FIAT			
31	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “mecânicas” de reposição MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT UNO WAY 1.0 2012 HCR 6632 / MARCA FIAT		R\$ 15.000,00 cada um dos itens
32	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “elétricas” de reposição MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT UNO WAY 1.0 2012 HCR 6632 / MARCA FIAT		
FIAT - FIAT GRAN SIENA 1.6 2014 PUG – 7888 / MARCA FIAT			
35	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “mecânicas” de reposição FABRICANTE/ORIGINAL</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO		R\$ 15.000,00



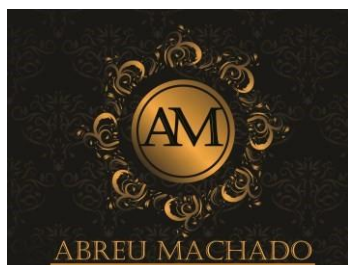
ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

	MODELO/MARCA FIAT - FIAT GRAN SIENA 1.6 2014 PUG – 7888 / MARCA FIAT		cada um dos itens
36	AQUISIÇÃO DE Peças “elétricas” de reposição FABRICANTE/ORIGINAL PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT - FIAT GRAN SIENA 1.6 2014 PUG – 7888 / MARCA FIAT		

FIAT STRADA 1.4 2014 OWP – 9G68 / MARCA FIAT			
41	AQUISIÇÃO DE Peças “mecânicas” de reposição FABRICANTE/ORIGINAL PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT STRADA 1.4 2014 OWP – 9G68 / MARCA FIAT		R\$ 15.000,00 cada um dos itens
42	AQUISIÇÃO DE Peças “elétricas” de reposição FABRICANTE/ORIGINAL PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT STRADA 1.4 2014 OWP – 9G68 / MARCA FIAT		

FIATS ARGO 1.3 2018 QPI – 8473 E QQF - 8616 / MARCA FIAT			
55	AQUISIÇÃO DE Peças “mecânicas” de reposição FABRICANTE/ORIGINAL PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIATS ARGO 1.3 2018 QPI – 8473 E QQF - 8616 / MARCA FIAT		R\$ 30.000,00 cada um dos itens
56	AQUISIÇÃO DE Peças “elétricas” de reposição FABRICANTE/ORIGINAL PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIATS ARGO 1.3 2018 QPI – 8473 E QQF - 8616 / MARCA FIAT		

FIAT UNO 1.4 2014 PUI-4193/ MARCA FIAT			
59	AQUISIÇÃO DE Peças “mecânicas” de reposição FABRICANTE/ORIGINAL PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT UNO 1.4 2014 PUI-4193/ MARCA FIAT		R\$ 15.000,00 cada um dos itens
60	AQUISIÇÃO DE Peças “elétricas” de reposição FABRICANTE/ORIGINAL PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT UNO 1.4 2014 PUI-4193/ MARCA FIAT		



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

FIAT DUCATO 2.3 2018 QQI - 3323 / FIAT			
63	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “mecânicas” de reposição</u> <u>FABRICANTE/ORIGINAL</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT DUCATO 2.3 2018 QQI - 3323 / FIAT		R\$ 15.000,00 cada um dos itens
64	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “elétricas” de reposição</u> <u>FABRICANTE/ORIGINAL</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA FIAT DUCATO 2.3 2018 QQI - 3323 / FIAT		
FIAT UNO WAY 1.0 2012 HCR 6632 / MARCA FIAT			
65	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “mecânicas” de reposição</u> <u>FABRICANTE/ORIGINAL</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT UNO WAY 1.0 2012 HCR 6632 / MARCA FIAT		R\$ 15.000,00 cada um dos itens
66	AQUISIÇÃO DE <u>Peças “elétricas” de reposição</u> <u>FABRICANTE/ORIGINAL</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT UNO WAY 1.0 2012 HCR 6632 / MARCA FIAT		

FIAT ARGO 2022			
85	AQUISIÇÃO DE Peças “mecânicas” de reposição <u>MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT ARGO 2022		R\$ 5.000,00 cada um dos itens
86	AQUISIÇÃO DE Peças “eletricas” de reposição <u>MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT ARGO 2022		
87	AQUISIÇÃO DE Peças “mecânicas” de reposição <u>FABRICANTE/ORIGINAL</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT ARGO 2022		
88	AQUISIÇÃO DE Peças “elétricas” de reposição <u>FABRICANTE/ORIGINAL</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT ARGO 2022		
FIAT TORO 2022			
89	AQUISIÇÃO DE Peças “mecânicas” de reposição <u>MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT TORO 2022		R\$ 5.000,00 cada um dos itens
90	AQUISIÇÃO DE Peças “eletricas” de reposição <u>MONTADORA/GENUÍNA</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT TORO 2022		
91	AQUISIÇÃO DE Peças “mecânicas” de reposição <u>FABRICANTE/ORIGINAL</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT TORO 2022		
92	AQUISIÇÃO DE Peças “elétricas” de reposição <u>FABRICANTE/ORIGINAL</u> PARA ATENDER AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE FARIA LEMOS DO MODELO/MARCA - FIAT TORO 2022		
VAN RENAULT MASTER 2022			



ABREU MACHADO – APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA

Ou seja, a divisão dos veículos FIAT cujos itens somados ultrapassam o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) fora dividido em vários itens para tentar justificar a utilização do modelo adotado pelo município.

Qual a justificativa para tamanha divisão? A prefeitura tem 3 Argos e 3 Unos, cada um vai ter um fornecedor diferente?

Diante de tamanha ilegalidade não restam dúvidas que a manobra efetuada traz sérios riscos a competitividade do certame, e poderá causar prejuízos e danos ao erário municipal.

II-DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Os fatos narrados são suficientes para que a MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO EDITAL pois fica comprovado que a demora na decisão do mérito poderá ensejar dano ao erário municipal, ficando também comprovado o fumus bonis iuris.

Solicito que após análise de mérito seja determinada a elaboração de um novo processo que possibilite a ampla concorrência, celeridade e economicidade conforme os princípios já elencados:

Martins Soares-MG, 20 de Abril de 2022.

Danilo Gaiozo Machado

Representante Legal